



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 27/2016**

Período: 30/07/2016 – 05/08/2016

**GEDES - UNESP**

- 1- Gastos com a Previdência Social dos militares pressionam o governo por reforma
- 2- Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos investigará acidente com helicóptero da Polícia Rodoviária Federal
- 3- Editorial comentou projeto de lei que busca transferir à Justiça Militar crimes cometidos por militares contra civis em missões de garantia da lei e da ordem
- 4- Presidente da República interino autorizou atuação das Forças Armadas para contenção de onda de violência no estado do Rio Grande do Norte
- 5- Jornalista comentou a presença do Exército na cidade do Rio de Janeiro durante as Olimpíadas
- 6- Coronel aposentado da Força Aérea da República Dominicana foi acusado de receber propina em venda de aviões da Embraer para o país
- 7- Restrição do espaço aéreo pela Força Aérea Brasileira entrou em vigor em Brasília

1- Gastos com a Previdência Social dos militares pressionam o governo por reforma  
De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, gastos com a Previdência Social dos militares têm pressionado o governo por reforma. Em editorial, a *Folha* avaliou a necessidade de reforma das previdências, entre elas, a militar, afirmando que, o déficit da previdência dos militares no ano de 2015 foi de R\$ 32,5 bilhões. Como funcionários públicos, os militares têm direito, depois de aposentados, a benefícios próximos do valor de seu salário, o que aumenta ainda mais os gastos. De acordo com notícia veiculada pelo *Correio Braziliense*, os representantes militares, em reunião com o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, orientaram o governo a respeito da criação de um regime único da Previdência para militares, servidores dos setores público e privado, policiais e professores, solicitando cautela na execução de mudanças. Segundo o *Correio*, as Forças Armadas almejam “que as alterações sejam as menores possíveis”, levando-se em consideração as especificações da carreira militar. O consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados e ex-secretário de Política de Previdência do Ministério da Previdência social, Leonardo Rolim, informou que o diálogo com a Marinha se revelou “mais construtivo”, enquanto a posição do Exército foi contrária à reforma. Segundo *O Estado*, o comandante da Aeronáutica, o brigadeiro Nivaldo Rossatto, afirmou que a Força Aérea Brasileira (FAB) também se posicionou contra a unificação do sistema previdenciário. Segundo Rossatto, “a reestruturação administrativa e operacional” e “a substituição de oficiais permanentes por temporários”, que já está sendo empregado pela FAB, seriam medidas mais eficientes do que a unificação. O comandante estimou que as mudanças deverão

reduzir “as despesas discricionárias pela metade, em cinco anos, de R\$ 2 bilhões em 2015 para R\$ 1 bilhão em 2020”. Rossatto recordou as perdas de benefícios sofridas pelos militares em 2001, tais como o auxílio-moradia e as pensões a filhos de militares, que representou “perda de 25% do salário da categoria”. De acordo com o *Correio*, houve, em 2003, negociações entre os ministérios da Defesa e da Previdência com o intuito de reformular o sistema previdenciário militar em diversos aspectos, como a proposta de se aumentar em cinco anos (de 30 para 35 anos) o período de serviço para se entrar na reserva. O objetivo, à época, era padronizar as regras tanto para civis quanto para militares, além de igualar as contribuições de ambos à previdência. Conforme informou o *Correio*, no entanto, as medidas não foram colocadas em prática. Segundo *O Estado*, os cortes nos orçamentos que vêm sofrendo as Forças Armadas tiveram como uma das consequências reduzir o número de aviões da Aeronáutica que se encontram com recursos escassos para voar. O periódico informou que apenas 250 das 600 aeronaves disponíveis na frota da Aeronáutica estão prontas para serem empregadas e que os pilotos também estão voando menos do que a carga horária de 150 mil horas/ano para que se mantenha a operacionalidade da FAB. Rossatto informou que o orçamento da FAB foi afetado tanto pela desvalorização do real frente ao dólar quanto pelo aumento do preço do querosene de aviação, o que acaba por afligir o sistema de controle de tráfego aéreo do Brasil devido à redução orçamentária, refletindo, assim, “no treinamento dos pilotos, no apoio que a Aeronáutica dá ao Exército e à Marinha, no suporte às atividades dos governantes, seja no transporte de autoridades, de órgãos e até no atendimento aos índios”. O comandante declarou a pretensão da FAB em procurar o Tribunal de Contas da União (TCU) para solicitar a proibição de contingenciamentos no setor de controle de tráfego aéreo, considerado como importante ponto estratégico para o patrulhamento dos 22 milhões de quilômetros quadrados dos quais a FAB é responsável. *O Estado* afirmou que, em 2015, os gastos da instituição militar foram de R\$ 358,35 por quilômetro quadrado, o que contabiliza “um gasto de menos de R\$ 1 por quilômetro quadrado por dia”. Em relação aos Jogos Olímpicos Rio 2016, o comandante afirmou que não deverá ocorrer transtornos decorrentes dos cortes no orçamento militar. (*Correio Braziliense – Economia – 02/08/16; Folha de S. Paulo – Opinião – 31/07/16; O Estado de S. Paulo – Economia – 02/08/16*)

## 2- Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos investigará acidente com helicóptero da Polícia Rodoviária Federal

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, acidente com um helicóptero modelo Bell 407, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), no dia 29/07/16, na cidade do Rio de Janeiro, será investigado pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), o qual é ligado a Força Aérea Brasileira (FAB). A *Folha* afirmou que a aeronave era uma das cinco que seriam utilizadas pela PRF nas Olimpíadas, para atender a demanda de segurança dos jogos. Este foi o segundo acidente aéreo na cidade na mesma semana, sendo que no dia 26/07/16, um treinamento militar resultou na colisão de dois caças da Marinha. (*Folha de S. Paulo – Esporte – 30/07/16*)

## 3- Editorial comentou projeto de lei que busca transferir à Justiça Militar crimes cometidos por militares contra civis em missões de garantia da lei e da ordem

Conforme editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a transferência do julgamento de crimes dolosos, cometidos por militares contra civis, da Justiça comum para a Justiça Militar. Segundo o jornal, o projeto, cujos efeitos prescrevem no final de 2016, seria uma exigência das Forças Armadas para dar “proteção e segurança jurídica” aos militares que estiverem atuando em missões de manutenção da lei e da ordem. A intenção, de acordo com *O Estado*, era que a lei fosse aprovada para os Jogos Olímpicos de 2016. Entretanto, apesar do caráter de urgência, a lei, aprovada na Câmara dos Deputados, ainda tramita no Senado Federal. De acordo com *O Estado*, o projeto de lei “é uma clara violação do Estado Democrático de Direito”, pois a lei deveria se aplicar igualmente a todos, e esta indica a “falência da segurança pública”. O projeto, proposto pelo deputado federal Esperidião Amin, altera o Código Penal Militar, introduzindo um parágrafo em que se prevê que crimes dolosos cometidos por militares contra civis em contexto “do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou o ministro de Estado da Defesa” e “de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária” serão julgados pela Justiça Militar da União. Segundo *O Estado*, as menções ao presidente da República, que com frequência determina o emprego das Forças Armadas em missões excepcionais, e à manutenção da lei e da ordem, são graves, pois se tentaria “corrigir um erro com outro”. O periódico informou que o texto do projeto mencionou, a título de exemplo, as ocupações, por parte das Forças Armadas, de alguns morros na cidade do Rio de Janeiro, deixando de levar em conta que o envio das tropas foi considerado necessário justamente por conta do fracasso da “pacificação” dessas comunidades pelo governo do estado. De acordo com o jornal, como resultado a ocupação militar não somente não obteve qualquer resultado prático, como também “indispôs os moradores com os soldados e ainda os submeteu a servidões para as quais não estão preparados e não aceitam”. Ademais, *O Estado* afirmou que a suposta necessidade de alteração legal apenas estabelecerá “um privilégio indevido” e o “improviso na lei penal”, o que significa que, em vez de lidar com o sucateamento da polícia, “criam-se mecanismos provisórios para conviver com seus efeitos nefastos”. No entanto, o periódico afirmou que se as Forças Armadas são frequentemente empregadas para tarefas próprias às forças de segurança pública, deveriam responder por seus atos, no desempenho de tais tarefas, no âmbito da Justiça comum. (*O Estado de S. Paulo* – Notas e Informações – 01/08/16)

#### 4- Presidente da República interino autorizou atuação das Forças Armadas para contenção de onda de violência no estado do Rio Grande do Norte

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Raul Jungmann, ministro da Defesa, esteve na região metropolitana da cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, no dia 03/08/16, para coordenar, em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do estado (Sesed/RN), um efetivo de mil soldados do Exército e duzentos fuzileiros da Marinha. Segundo a *Folha*, a onda de violência na região teve início no dia 29/07/16 e a operação foi ratificada no dia 31/07/16 pelo presidente da República interino, Michel Temer, após solicitação do governador do estado, Robinson Faria, que se mostrou otimista quanto à capacidade dos militares de normalizar a situação. De acordo com o *Correio*, os militares iniciaram sua chegada no dia 02/08/16, com o objetivo de conter a violência que acometeu a região, além de dismantelar a facção por trás dos ataques, os quais se acredita serem comandos de dentro do Presídio Estadual da

cidade de Parnamirim. Segundo os periódicos, o estopim para os ataques se deu em retaliação a instalação de bloqueadores de celulares nos presídios da região, medida que permanecerá mesmo após a resposta dos criminosos. O *Correio* afirmou que o contingente dos militares responsável por reforçar a segurança é proveniente dos estados da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Entretanto, *O Estado* informou que “as tropas serão deslocadas de Pernambuco e Alagoas e atuarão principalmente no patrulhamento ostensivo nas ruas, em parceria com a polícia”. Segundo *O Estado* e a *Folha*, o secretário da Sesed/RN, o general Ronaldo Lundgren, considerou os ataques como “atos de terrorismo”, sendo que, de acordo com a *Folha*, Lundgren afirmou que há a possibilidade de os atos serem encaixados na lei antiterrorismo. Os periódicos informaram que a operação vigorará até o dia 16/08/16, apesar de, segundo *O Estado*, o governo do Rio Grande do Norte ter solicitado para que o período se estenda por dois meses, período que seria suficiente para instalar bloqueadores de celular em todos os presídios do estado. Jungmann afirmou ao jornal que o prazo final será decidido por Temer. Segundo *O Estado*, a chegada das Forças Armadas ao Rio Grande do Norte não foi suficiente para pôr fim à onda de ataques incendiários feitos por criminosos, que se espalhou para o interior, sendo que ao menos sete atentados foram registrados entre a noite do dia 03/08/16 até a madrugada do dia 04/08/16, tanto na capital, Natal, quanto em cidades do interior, que não tiveram o reforço dos militares (Correio Braziliense – Brasil – 02/08/16; Correio Braziliense – Política – 03/08/16; Correio Braziliense – Política – 04/08/16; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/08/16; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/08/16; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 03/08/16; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/08/16; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/08/16; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 01/08/16; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 02/08/16; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 04/08/16; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 05/08/16)

#### 5- Jornalista comentou a presença do Exército na cidade do Rio de Janeiro durante as Olimpíadas

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, a jornalista Mariliz Pereira Jorge discorreu acerca do “efeito Exército” que a inserção de 21 mil militares teve na cidade do Rio de Janeiro devido aos Jogos Olímpicos de 2016. Para Jorge, apesar de a medida ser considerada controversa, “não há melhor momento para vir à cidade do que agora, enquanto estamos sob esse manto de proteção”, proporcionado pela ação militar. A colunista aconselhou que se usufrua das vantagens da iniciativa militar, que permanecerá na cidade até o fim das Olimpíadas, principalmente nos bairros turísticos e nas áreas onde acontecerão as competições. (Folha de S. Paulo – Rio 2016 – 02/08/16)

#### 6- Coronel aposentado da Força Aérea da República Dominicana foi acusado de receber propina em venda de aviões da Embraer para o país

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o coronel aposentado da Força Aérea da República Dominicana Carlos Piccini Nunez, foi acusado de receber propina em venda de aeronaves da empresa Embraer S/A para República Dominicana. Os periódicos informaram que a empresa é alvo de uma investigação, nos Estados Unidos, de pagamento de suborno a uma autoridade na República Dominicana, o qual buscava garantir a venda de oito aviões Super Tucanos, entre 2008 e 2009. Segundo a *Folha*, o gerente da área de defesa da companhia, Albert

Phillip Close, assinou acordo de delação premiada e revelou detalhes do esquema. Close afirmou que a propina, de US\$ 3,5 milhões, para a venda das aeronaves militares, foi paga ao coronel aposentado, que dirigiu a área de projetos especiais do Exército dominicano à época. O *Estado* informou que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e a *Securities and Exchange Commission* (SEC) suspeitam, desde 2010, de irregularidades em negociações da Embraer para a venda de aviões fora do Brasil. (O Estado de S. Paulo – Economia – 30/07/16; Folha de S. Paulo – Mercado – 31/07/16)

7- Restrição do espaço aéreo pela Força Aérea Brasileira entrou em vigor em Brasília  
Segundo o *Correio Braziliense*, a divisão do espaço aéreo realizada pela Força Aérea Brasileira (FAB) entrou em vigor no dia 03/08/16 na capital federal Brasília. As divisões segregaram o espaço aéreo ao redor das arenas esportivas nas cidades que recebem os Jogos Olímpicos em três áreas de exclusão: Reservada (branca), Restrita (amarela) e Proibida (vermelha). No Rio de Janeiro as restrições começaram em 24/07/16 e vão até 22/08/16. O jornal reiterou que somente serão permitidos, nas regiões, voos autorizados pelo Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Comdabra). O coronel Décio Dias Gomes, chefe do Centro de Conjunto de Operações Aéreas do Comdabra, afirmou que a “operação especial de segurança” já foi utilizada no Brasil em outros eventos internacionais. Segundo o coronel, algumas medidas são adotadas em caso de invasão de área, sendo que as etapas são “o reconhecimento à distância, a solicitação de desvio de rota, um “tiro de aviso” e, em caso extremo, em ordem que só pode ser dada pelo comandante da FAB, um tiro de detenção”. (Correio Braziliense – Brasil – 04/08/16)

## SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em

Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).